



Alteração do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo Posição conjunta da CONFAP e da AEEP

Foi aprovado em Conselho de Ministros um diploma que altera o Decreto-lei n.º 553/80, de 21 de Novembro, e revoga legislação significativa respeitante às relações entre o Ensino Particular e Cooperativo e o Estado com reflexo nos processos educativos dos alunos.

Com esta alteração legislativa, os contratos entre o estado e os estabelecimentos de ensino, por força dos quais os alunos frequentam estas escolas de forma gratuita (contratos de associação) ou com um pequeno apoio estatal (contratos simples e contratos de patrocínio) passam a ter uma duração exclusivamente anual e a sua renovação não é garantida, dependendo de análise administrativa e política anual.

A CONFAP e a AEEP manifestam a sua oposição a este novo regime. Os 30 anos de história destes contratos são fonte de legítimas expectativas de famílias, alunos e docentes. Não se nega a necessidade de ajustar os montantes financeiros envolvidos à situação actual; mas a CONFAP e a AEEP consideram que o regime jurídico vigente em nada prejudica esse processo.

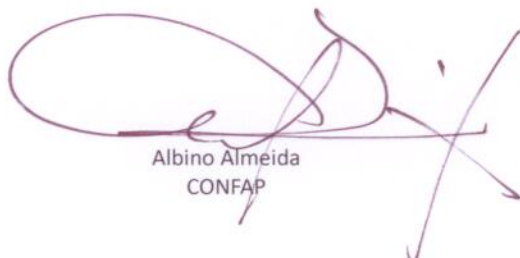
Estado não pode, a coberto desta necessidade, criar um regime de precariedade que coloca em crise todos os projectos educativos e os apoios que têm vindo a ser conferidos aos pais.

A plurianualidade dos contratos educativos tem de ser garantida. Assim como tem de ser garantido que a revisão do Estatuto de um sector de actividade central para o crescimento sustentado do país seja feita em diálogo com as entidades representativas do sector (pais, escolas e docentes) bem como com o Conselho Nacional de Educação.

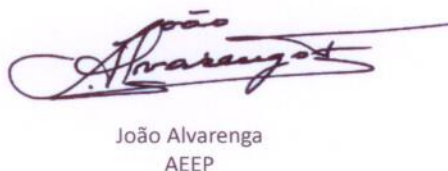
Neste contexto, a CONFAP e a AEEP pedem ao poder político que suspenda esta alteração ao Decreto-lei n.º 553/80 e que, caso o entenda, inicie o processo de revisão com a participação das entidades representantes da sociedade civil e com o CNE. Salientamos que o CNE é depositário de uma proposta de alteração do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo que foi elaborada por representantes dos pais, dos docentes, dos estabelecimentos de ensino e da administração educativa no âmbito do Conselho Coordenador do EPC.

No contexto de crise que vivemos, em que é necessário diminuir custos, é fundamental defender a estabilidade e as relações de confiança pedagógicas e laborais.

Lisboa, 30 de Novembro de 2010



Albino Almeida
CONFAP



João Alvarenga
AEEP